

Sancionada a reforma do NEM com vetos sobre o ENEM

#REVOGA NOVOENSINOMÉDIO

EXCLUDENTE
PRECÁRIO
ALIENANTE

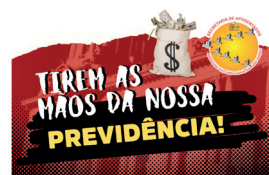


Contestada por profissionais e especialistas da educação em todo o País, a reforma do Novo Ensino Médio (NEM) foi sancionada no dia

01/8 pelo presidente Lula, com veto nas mudanças previstas pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados para o ENEM (o veto mais importante é que o ENEM utilize os conteúdos dos itinerários formativos em suas provas). O Sepe já havia alertado sobre o perigo de se realizar uma "reforma da reforma". Sempre propusemos a revogação total do NEM. Assim, o que era ruim piorou com o texto final aprovado na Câmara, com o aval do MEC, após passar pelo Senado.

No Senado até houve avanço, em relação ao texto original: a Formação Geral Básica (FGB) saltou do total de 2.100 para 2.400 horas, enquanto os itinerários formativos ocupariam 600 horas a partir de 2025; foi aprovada a obrigatoriedade do ensino de Espanhol; e a EAD foi permitida apenas em "casos de excepcionalidade emergencial temporária reconhecida pelas autoridades competentes". Mas a Câmara, com o apoio do líder do governo, derrubou as alterações feitas no Senado, com a exceção das 2.400 horas para a FGB, mostrando que o lobby que fundações privadas exercem sobre os parlamentares e sobre o MEC funciona. O Sepe mantém a posição histórica pela revogação total do NEM e que nenhuma disciplina tenha menos de 2 tempos semanais em todos os anos do Ensino Médio. ■

Aposentadas(os) mobilizadas



A Secretaria de Aposentados do Sepe (SAP) tem realizado grandes esforços em preparação ao 44º Encontro Estadual de Aposentados, previsto para o final de setembro, com o tema: "Contra a retirada de direito e o avanço do fascismo, seremos resistência – as eleições municipais de 2024 e os direitos dxs aposentadxs". A Secretaria também vem cobrando do Ministério da Previdência Social a implementação do Grupo de Trabalho que foi acordado com o ministro Carlos Lupi.

Professora Laura Lázaro Castilho, falecida em julho, foi homenageada pelas aposentadas

O GT visa dar continuidade ao debate sobre o desmonte do Regime Próprio de Previdência Social no Estado e municípios do Rio de Janeiro, a fim de construir alternativas viáveis para reverter a atual situação dos regimes de Previdência. Os Coletivos fizeram uma moção de aplausos em homenagem à professora aposentada Laura Lázaro Castilho, falecida em julho. Dona Laura marcou a sua presença junto às lutas diárias do sindicato na defesa pela Educação Pública de qualidade e dos direitos dos aposentados de forma marcante e exemplar. Os Coletivos de Aposentados se reúnem da seguinte forma, sempre no auditório do Sepe Central (Rua Evaristo da Veiga, nº 55/7º andar):

- Toda primeira terça-feira do mês: Coletivo da Capital, às 14h;
- Toda segunda terça-feira do mês: Coletivo Estadual, às 9h30.



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

instagram.com/sepe_rj

facebook.com/Seperj

youtube.com/SepeRJoficial

twitter.com/RjSepe



bit.ly/SejaSepe



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE ESTADUAL RJ

Nº 44 | Finalizada em: 16/08/2024



Accesse em seperj.org.br a cartilha da Campanha Salarial 2024

GREVE DE 24 HORAS DIA 29/08 COM ATO UNIFICADO DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL RJ

Educação em luta contra o arrocho salarial e pelo piso nacional do magistério e funcionários

As assembleias das redes municipal do Rio de Janeiro e estadual, realizadas dia 3 de agosto, deliberaram pela realização de uma greve de 24 horas no dia 29 de agosto (quinta-feira). Vamos protestar em defesa do pagamento do piso nacional para professores e funcionários; contra o arrocho salarial e pela revogação do NEM.

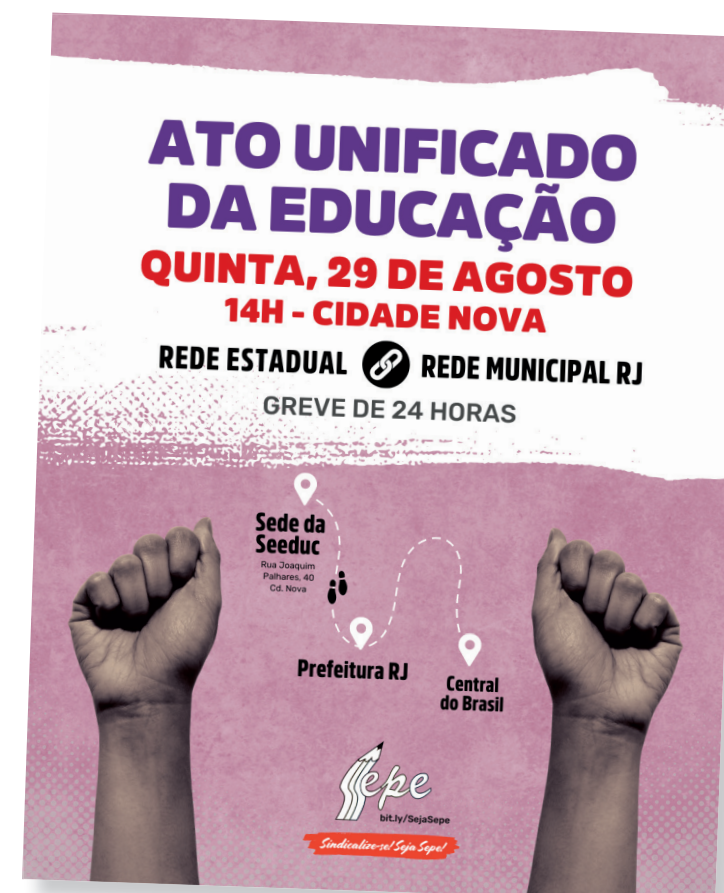
Após as manifestações na SEEDUC e prefeitura, a categoria seguirá em passeata pela Avenida Presidente Vargas até a Central do Brasil, onde um novo ato finalizará o protesto unificado dos profissionais de educação das escolas do estado e do município do Rio. As plenárias também deliberaram que, para este dia, indicativos de realização de atos pelos núcleos municipais e regionais da capital.

Neste dia, os profissionais do estado e do município do Rio realizarão um grande ato unificado, com concentração marcada para às 14h, na porta da SEEDUC (Rua Joaquim Palhares, nº 40 - Cidade Nova). Da sede da Secretaria Estadual de Educação, os profissionais seguirão em passeata até a prefeitura (Centro Administrativo São Sebastião), onde será realizado um novo ato de protesto.



Calendário de lutas de agosto

- 17/08 - Plenária híbrida do Coletivo de Combate à Discriminação Racial e dos Povos Originários, às 14h
- 17/08 - Plenária híbrida unificada dos Coletivo dos Funcionários Estadual + Capital, às 9h
- 29/08 - Greve de 24 horas, com ato unificado na porta da Seeduc (Cidade Nova), às 14h



IDEB 2023: Estado do Rio volta à penúltima posição

O MEC divulgou, no dia 14/8, o IDEB 2023 (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que é calculado a cada dois anos a partir dos dados obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

Com nota 3,3, o Estado do Rio de Janeiro voltou para a penúltima colocação entre as 27 redes estaduais de todo o País, mesma posição que ocupou em 2011. Ele só está à frente do Rio Grande do Norte, um dos estados mais pobres da federação. O resultado é uma comprovação da denúncia da categoria sobre o fracasso da política educacional do governador Cláudio Castro e da secretária de Educação, Roberta Barreto. O Rio foi o estado com o maior recuo do índice quando comparado aos resultados de 2021. O Rio de Janeiro retrocedeu de 3,9 para 3,3. O retrocesso foi tamanho, que o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática do estado retomou a mesma realidade aferida no ano de 2009, quando a nota padronizada foi de 4,11.

Comparado aos outros estados da Região Sudeste, o desempenho do Rio destoa consideravelmente. Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, com IDEBs para o Ensino Médio igual ou superior a 4 pontos em 2023, apresentam indicadores melhores inclusive em outras realidades educacionais. O percentual de estudantes em distorção idade-sé-

rie para o Ensino Médio no estado do Rio ultrapassa os 30%, enquanto nos estados vizinhos chega, no máximo, a 21%. Isso demonstra que as condições precárias da educação estadual fluminense levam a sucessivos casos de reprovação e abandono.

A questão do “esforço docente” também chama a atenção: cerca de 25% dos docentes fluminenses estão nos níveis mais elevados de esforço para o exercício da profissão. Enquanto nos estados vizinhos este percentual fica abaixo dos 20%. Os baixos salários recebidos pelos docentes os condicionam ao aumento de suas cargas horárias, impactando diretamente na qualidade de suas aulas, consequentemente, resultando em baixa aprendizagem dos estudantes.

A posição do Sepe é crítica, em relação à maioria dos índices de desempenho, muitas vezes usados para implementar políticas de gratificações, em detrimento ao plano de cargos, carreira e salários. Mas sem dúvida que esse crônico fracasso no IDEB se deve ao governo pagar o pior piso salarial do Brasil e à falta de estrutura, com a enorme carência de profissionais nas escolas. ■

Reajuste para cobrir perdas salariais seria de mais de 46%

Os profissionais de educação da rede estadual estão em campanha salarial e reivindicam a reposição das perdas salariais. Estudo do Sepe-Dieese comprova o violento arrocho que os profissionais da educação das escolas estaduais vêm sofrendo: o reajuste necessário em 1º de junho para cobrir as perdas seria de 46,18% (INPC-IBGE)

Ainda segundo o Dieese, os salários referentes a 31/05 de 2024 mantêm apenas 68,41% do poder aquisitivo de 1º de julho de 2014. Por isso, exigimos o pagamento do Piso do Magistério, respeitando o Plano de Carreira, e a recomposição imediata das perdas salariais. No dia 29/08, participe da greve de 24 horas, com ato às 14h na Seeduc!

Principais reivindicações dos profissionais da educação estadual

- Pelo pagamento do Piso do Magistério; respeitando o Plano de Carreira;
- Recomposição das perdas salariais;
- Pagamento do Salário Mínimo Regional aos Funcionários e aprovação do PL que cria o Piso Nacional dos Funcionários e que está tramitando no Congresso Nacional;
- Revogação do NEM;

- Cumprimento do acordo do governo com a ALERJ, com o pagamento das duas parcelas de 6,5% de recomposição salarial (referentes ao período 2017-2021), que deveriam ter sido pagas em 2023 e 2024, totalizando 13%;
- Direito à ampla migração dos professores de 18h para 30h;
- Revogação da Lei 10.363, que libera a contratação de milhares de professores temporários;
- Convocação de todos os concursados aprovados e realização de novos concursos públicos, em todas as carreiras;
- Fim das perseguições políticas e administrativas aos profissionais;
- Inclusão dos animadores culturais nos quadros da SEEDUC e migração dos funcionários ex-FAEP para FAETEC;
- Em defesa da aposentadoria: tirem as mãos do Rioprevidência.

Funcionários mobilizados pela inclusão do PL 2531/2021 na pauta do Congresso

A Secretaria de Funcionários do Sepe se junta às outras entidades de profissionais de educação de todo País na mobilização para colocar na pauta de votação do plenário do Congresso o requerimento 2609/2024 do Projeto de Lei 2.531/2021, que propõe o Piso Nacional Profissional dos Funcionários técnicos, administrativos e operacionais.

A agenda de mobilização será realizada neste mês de agosto, com a ida de representações do Brasil inteiro para pressionar os deputados e incluir na pauta a votação e aprovação do PL na Câmara dos Deputados.

O PL 2531 foi aprovado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, no dia 24 de abril, a tramitação do Projeto de Lei 2531/2021 e esta votação foi marcada pela forte presença de diversas entidades sindicais, que foram a Brasília de várias partes do país para pressionar os deputados.

A pressão também aconteceu por meio dos movimentos populares que encheram de mensagens as redes sociais dos deputados, percorreram gabinetes e no próprio plenário da Comissão de Educação. A mobilização deu certo e o projeto foi aprovado por unanimidade.

A fundamental aprovação do PL 2531 na Comissão de Educação foi fruto de muita luta dos funcionários das escolas. Em outubro de 2023, a direção do Sepe, representada pela Secretaria de Funcionários do sindicato e mais dois representantes da base, foi a Brasília para uma audiência pública com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre o PL.

A reunião contou com a participação de representantes do Coletivo de Funcionários da CNTE. No dia 22 de maio de 2024, o Sepe participou da Marcha da Classe Trabalhadora a Brasília. Neste

dia, representantes da Comissão de Funcionários do Sepe foram ao Congresso pressionar pela aprovação do PL 2531 nas demais comissões.

Tabela com o Piso Nacional Profissional dos Funcionários Técnicos, Administrativos Operacionais:

- 40h – R\$ 3.435,00
- 30h – R\$ 2.585,00
- 20h – R\$ 1.720,00